

CORREIO
DAS REGIÕES

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE ELDORADO

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE LIMEIRA



Comissão questiona fechamento de salas de aula pelo Estado

Câmara debate fechamento de salas da rede estadual em Limeira

A Comissão de Educação da Câmara de Limeira cobrou explicações do Governo do Estado sobre o fechamento de salas de aula do Ensino Fundamental I e do Ensino Médio Noturno na rede estadual. Em ofício encaminhado à Diretoria de Ensino, os vereadores pedem a relação das turmas desativadas desde 2023, informações sobre lista de espera e a previsão de novos fechamentos. O tema também será debatido em audiência pública marcada para o dia 15 de julho, no Plenário da Câmara, com participação de representantes da Educação, sindicatos e autoridades convidadas. O encontro será aberto ao público. A comissão também quer saber quais escolas estaduais de Limeira ainda oferecem vagas nessas modalidades de ensino e reforçou o convite para que a Diretoria de Ensino participe do debate.

Falta medicamentos em UBSs de Sorocaba

O vereador Henri Arida cobrou da Prefeitura de Sorocaba o reabastecimento de medicamentos em falta nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde. Em requerimento aprovado na quinta-feira (2), o parlamentar afirma ter recebido reclamações de moradores e cita a ausência de remédios como amitriptilina, levotiroxina, prednisona e amoxicilina. Segundo ele, o desabastecimento coloca em risco a continuidade dos tratamentos dos pacientes.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SOROCABA



Vereador elenca uma série de medicamentos em falta

Itu anuncia construção de creche no Padre Bento

A Prefeitura de Itu iniciou a construção de um novo Centro de Educação Infantil (CEI) no Jardim Padre Bento. Com investimento superior a R\$ 5 milhões, viabilizado por recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, a unidade terá capacidade para atender 180 crianças. O espaço contará com 11 salas de aula, playground, lactário, solário e demais estruturas de apoio. A previsão é de que a obra seja concluída em um ano. O novo CEI deve ampliar a oferta de vagas na educação infantil e reforçar a rede municipal de ensino.

Faltam leitos de internação em Bragança Paulista

O vereador Mauro Moreira sugeriu decretar estado de calamidade na saúde de Bragança Paulista diante da falta de leitos hospitalares. Segundo ele, a Santa Casa registra diariamente entre 10 e 20 pacientes aguardando internação nos corredores. O parlamentar defendeu apoio do Estado para ampliar a oferta de leitos e propôs melhorias na atenção básica para reduzir a demanda por internações.

Morcego com raiva

A VISAM de Jundiá confirmou um morcego com resultado positivo para raiva no bairro Torres de São José. O animal foi encontrado morto em uma calçada e, segundo a investigação, não houve contato com pessoas ou outros animais. A orientação é não tocar em morcegos encontrados em situações incomuns e acionar a VISAM.

Infraestrutura elétrica

O vereador Estevão Nogueira pediu informações à Prefeitura de Limeira sobre a infraestrutura elétrica das escolas municipais para instalação de aparelhos de ar-condicionado. O parlamentar questiona se há diagnóstico das unidades, cronograma de adequações, previsão de investimentos e quantas escolas já possuem estrutura compatível.

Criadouros da dengue

Limeira vistoriou 1.250 imóveis durante mutirão de combate à dengue realizado nos bairros Jardim São Luiz, Jardim Anhanguera, Jardim Novo Horizonte e Jardim Residencial José Cortez. As equipes identificaram 276 possíveis criadouros do Aedes aegypti, sendo 151 com água e sete com larvas, além de orientar moradores sobre prevenção.

Índices de criminalidade

São José dos Campos registrou nova queda nos índices de criminalidade, segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado. A Guarda Civil Municipal apreendeu 14,7 mil porções de drogas neste ano. A Prefeitura atribui os resultados às ações integradas do programa São José Unida e ao monitoramento do Centro de Segurança e Inteligência (CSI).

Cobrança da dívida ativa

A Câmara de Araraquara aprovou projeto da Prefeitura que atualiza as regras para cobrança da dívida ativa do município. A proposta prevê que débitos de pequeno valor não sejam cobrados judicialmente e adequa a legislação às diretrizes do CNJ, ao Código de Defesa do Contribuinte e a decisões do STF.

Contrato do SAMU

A Santa Casa de Bragança Paulista informou que não renovará a gestão do SAMU e do Transporte Sanitário Agendado, alegando que os serviços exigem especialização diferente da atuação hospitalar. A Prefeitura iniciou o processo de transição e garantiu que o atendimento segue normalmente pelo telefone 192. A mudança não afeta a administração das UPAs.



Ele cita o servidor de forma intimidatória e associa o trabalhador a um partido adversário

Prefeito de Eldorado é condenado por assédio eleitoral

Justiça do Trabalho determina pagamento de indenização de R\$ 30 mil

Da Redação

A Justiça do Trabalho de Sorocaba condenou o prefeito de Eldorado (SP), Noel Castelo da Costa, por assédio eleitoral contra um servidor público. A sentença, resultado de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), reconhece que o chefe do Executivo utilizou a posição que ocupa para intimidar e constranger um funcionário por suas convicções políticas após a eleição suplementar realizada em abril de 2025. Além de impor obrigações para impedir novas condutas semelhantes, a decisão fixa indenização por danos morais coletivos de R\$ 30 mil.

A condenação tem como base um discurso gravado em vídeo logo após a divulgação do resultado da eleição suplementar, em 6 de abril de 2025. Nas imagens, o prefeito cita nominalmente o servidor, associado à campanha de um adversário político, afirmando que queria vê-lo “com o adesivo no peito, matando hora de serviço”, além de dizer que o funcionário “nunca trabalhou na vida” e que passaria a “respeitar quem está no comando do governo”.

Segundo a decisão do juiz Afrânio Roberto Pinto Alves Seixas, a conduta extrapola

um conflito individual e afeta todo o ambiente de trabalho da administração municipal. O magistrado destacou que o uso do cargo para intimidar servidores em razão de posicionamentos políticos compromete o pluralismo político assegurado pela Constituição e configura assédio eleitoral.

Antes de ajuizar a ação, o MPT propôs ao prefeito a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), mas o acordo foi recusado.

Na sentença, a Justiça determinou que o prefeito se abstenha de discriminar, constranger, humilhar ou perseguir servidores por motivo de convicção política. Em caso de descumprimento, foi fixada multa de R\$ 5 mil por infração comprovada. O prefeito também foi condenado ao pagamento de R\$ 30 mil por danos morais coletivos, valor que será destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Autor da ação, o procurador do Trabalho Gustavo Rizzo afirmou que a utilização do cargo público para constranger subordinados por suas convicções políticas representa afronta ao regime democrático. O MPT informou que recorrerá da decisão para pedir o aumento da indenização para R\$ 100 mil.